

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NAS SÉRIES INICIAIS

Lorena dos Santos Milioli¹

Maruza Brasil Boone²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo fazer um reporte acerca da trajetória da leitura no Brasil, bem como a sua importância na vida dos indivíduos. Os índices de analfabetismo funcional mostrado pelo IBGE (2015) revelam que a leitura não tem sido uma prática cotidiana na vida dos brasileiros. Assim, realizaremos uma pesquisa bibliográfica pra refletirmos as questões referentes a leitura. Para tanto contamos com a colaboração dos autores Cagliari (2009), Silva (1998), Soares (2004), Cunha (2005), entre outros. Para o histórico do percurso da leitura no Brasil teremos por base El Far (1970). Nossas reflexões apontam para uma árdua trajetória até que o livro chegasse às prateleiras escolares e que a prática da leitura continua sendo um desafio a ser abraçado na cultura brasileira.

PALAVRA CHAVE: Leitura, Alfabetização e Letramento, Contexto Escolar.

Abstract: This article aims to make a report about the trajectory of reading in Brazil, as well as its importance in the life of individuals. The functional illiteracy indexes shown by IBGE (2015) reveal that reading has not been a daily practice in Brazilian life. Thus, we will carry out a bibliographical research to reflect questions regarding reading. For this, we have the collaboration of the authors Cagliari (2009), Silva (1998), Soares (2004), Cunha (2005), among others. For the history of the course of reading in Brazil we will base El Far (1970). Our reflections point to an arduous trajectory until the book reaches the school shelves and the practice of reading remains a challenge to be embraced in Brazilian culture.

KEYWORD: Reading, Literacy and Literacy, School Context.

¹ Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Multivix, Cariacica, Espírito Santo, Brasil, lorenamiloli@hotmail.com

² Professora orientadora. Docente na faculdade Multivix. Mestrando em estudo linguístico pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

INTRODUÇÃO

1- A TRAJETÓRIA DA LEITURA NO BRASIL.

Este artigo explana como a prática de leitura vem sendo desenvolvida nas séries do ensino fundamental I, como também a sua importância na construção do conhecimento dos alunos.

Como este artigo aborda a importância da leitura no processo de alfabetização, achamos bem, trazer, ainda que brevemente, uma história sobre o processo histórico da leitura no Brasil.

El Far (2006) discorre a respeito da prática da leitura no Brasil no séc. XX enfatiza ao seguinte questionamento: o Brasil era um país de leitores? Com base em seus relatos percebemos que a produção de livros era destinada á elite e custava muito caro. Somente a partir de publicações mais acessíveis como os livros didáticos, filosóficas, romances, peças de teatro, manuais de ajudas e outros, que a população mais pobre passa a ter acesso aos livros.

Segundo El Far (2006), no Brasil, diferentemente da Europa que tinham suas publicações crescendo de forma significativa essa prática se manteve estática até a vinda da família real para o país, pois, Portugal achava que se o Brasil fizesse publicações impressas acabaria espalhando as ideias progressistas e revolucionárias.

Era nítido, segundo El Far (2006) a dificuldade dos livros chegarem ao Brasil, uma vez que era preciso importar os livros de Portugal e com isso era necessário enfrentar os trâmites burocráticos, nessa época apenas José Pereira Ribeiro e Luiz Vieira da Silva possuíam acervos de livros; a maioria da população manteve-se longe dos livros por causa da burocracia.

A autora descreve que o cenário do Brasil no que diz respeito ao acesso a livros pela população só apresentou mudanças com a chegada da família real, pois a sua chegada foi crucial para tomar algumas providencias, como a criação de bancos, construção de praças, dentre outras a criação da impressão Régia. Com o evento da

Proclamação da Independência, a impressão régia³ emitiu 1.427 documentos oficiais para o acesso da população, “periódicos de cunho político e dezenas de textos literários, entre eles peça de teatro, sermões, espetáculos, poesia e romances”. (El Far, 2006, p. 16).

Segundo a autora, D. João VI trouxe para o Brasil o seu acervo, instalando no Rio de Janeiro a Biblioteca Real que permaneceu no Brasil com o retorno da família real, passando a se chamar Biblioteca Nacional.

El Far (2006) relata que com a produção de livros com o valor mais acessível, o comércio de livro cresceu e passou a ser comercializada no Brasil no ano de 1870 para todos os públicos; como o Rio de Janeiro era a “principal referência editorial do país” muitos estados faziam suas solicitações por meio de encomendas, chegando os livros a lugares distantes e pouco habitados.

Consoante El Far (2006), o Rio de Janeiro por ser a capital do país, acabou se tornando o ponto de partida do mercado editorial, e propício para que os livreiros abrissem seus próprios negócios, dando vez a uma produção crescente de livros e periódicos.

Apesar dos empecilhos que atrapalharam a população de terem acesso aos livros serem superados e os livros passarem a ser disponível para todos os públicos; não foi o suficiente para tornar a leitura uma prática entre a população. De acordo com El Far (2006), os indícios mostram que a prática da leitura não se tornou um hábito entre grande parte dos brasileiros, porquanto um levantamento realizado em 2004 mostrou que no Brasil vendeu a mesma quantidade de livros que em 1991 cerca de 289 milhões de livros, variando entre 1995 e 1998 com a quantidade de 350 e 410 milhões de volumes vendidos por ano. Um dos possíveis motivos talvez seja o avanço das tecnologias, que faz com que as pessoas invistam menos em livros e mais em televisão, celular, computador, além dos valores dos livros serem considerados caros, mas segundo as editoras a falta de procura por livros faz

³ A impressão régia era uma tipografia “[...] D. João VI fundou, no dia 13 de maio de 1808, a impressão régia, a principio com o único objetivo de divulgar “ toda legislação e papeis diplomáticos” do serviço real. (El Far ,2006, p. 16).

restringir novos títulos, tornando-os caros e prejudicando o consumo, ou seja, poucas pessoas podem adquiri-los com frequência.

Na pesquisa citada pela autora, sobre o retrato da leitura no Brasil realizada em 2001, já mostrava que são poucas as pessoas que leem com um mínimo de frequência, em sua maioria, as pessoas pouco leem ou não tem contato com livros, podendo dizer que no Brasil não se valoriza a prática da leitura. Preocupados com esse cenário o Governo Federal procura colocar em ação “programas de incentivo à leitura nas escolas publicas” com formações para os docentes, bibliotecas nos bairros e cidades carentes, mesmo assim quando os alunos saem do âmbito escolar não faz uso dos livros.

2- A LEITURA COMO BASE FORMADORA DO INDIVIDUO

A leitura no contexto brasileiro é vista como opróbrio, pois os índices tem mostrado que maioria dos brasileiros não possui o hábito de ler ou leem muito pouco e, para que esse cenário mude torna-se necessárias campanhas de estímulo à leitura. O Brasil possui o índice de leitores menor do que os países vizinhos considerados mais pobres. Por esse motivo, a prática da leitura precisa ser estabelecida por três pilares, constituído da família, escola e biblioteca, senão abranger os três ao menos em um dos pilares precisa desenvolver o encanto das crianças pela leitura. (Ferreira O GLOBO, 2015).

Diante do cenário em que o Brasil está reduzindo as taxas de analfabetismo com uma porcentagem de 8% da população em 2015, com uma redução das taxas de analfabetismos funcional⁴ percentual que era de 17,6% em 2014 para 17,1% em 2015 segundo o IBGE, no país a escolarização de 04 a 17 anos avançou, mas como Ferreira (2015) disse a leitura não está se tornando um hábito entre os estudantes, por isso, refletiremos como a leitura é fundamental na construção dos indivíduos.

Nas sociedades democráticas, a escola tem a atribuições, e uma das suas essenciais contribuições é a formação do futuro cidadão. Ainda, segundo Rangel (2010), a parte mais importante dessa atividade é formar cidadãos. O autor afirma

⁴ “A taxa de brasileiros considerados analfabetos funcionais – ou seja, que têm 15 anos ou mais de idade, mas tiveram menos de quatro anos de estudo formal [...]”.(G1, 2016).

que por mais tenhamos nascido em uma sociedade “politicamente autônoma” fazemos parte dessa sociedade, com direitos e deveres reconhecidos formalmente, por ser cidadão, porém não nascemos tendo conhecimento disso; por isso a necessidade da formação escolar pensar a cidadania como a base principal do ensino- aprendizagem.

Segundo Rangel (2010), a construção da cidadania passa por eixos; o primeiro refere-se ao “manejo adequado e eficaz das variedades linguísticas. (Re) conhecer a gramática particular do contexto específico de uso de cada variedade, sem discriminá-lo é a parte relevante dessa tarefa” (Rangel,2010, p.187). O segundo refere-se ao domínio da leitura e escrita em cada estágio do ensino-aprendizagem envolvido numa educação básica, também são essências para o total exercício da cidadania.

Tendo em vista que a escola tem entre as suas funções a formação plena do cidadão, ela precisa se empenhar para fazer da leitura uma prática agradável entre os alunos. Cunha (2005) esclarece que a leitura permite que o educando aprenda sempre, constantemente; no entanto, pode ser vista por alguns apenas como uma decodificação de signo linguístico, no entanto para outros é muito além do que decodificação é uma compreensão do que eles significam na comunicação.

A leitura é tema de discussão no ensino fundamental devido ao número de reprovações que ocorre, em sua maioria, no final da primeira série, pelo fato de não aprenderem a ler e a escrever e na quinta série por não alcançar o uso eficaz da linguagem. Isso acontece porque os sistemas de ensino tem dificuldade de ensinar a criança a ler e a escrever (PCN, 1997 p.19).

De acordo com o PCN (1997), existem algumas concepções sobre a aprendizagem da leitura primordial, como já citada aqui se refere ao entendimento que se tem da leitura como apenas uma decodificação e por causa desse equívoco no seu entendimento as escolas tem formado alunos capazes de decodificar vários textos, entretanto, em sua maioria, tem grandes dificuldades de entender o que leem.

Outros fatos relacionados a aprendizagem do aluno estão ligada a didática do professor em sala de aula, talvez uma das questões do porquê do aluno não aprender é o fato do professor se acomodar a sua prática como cita Cagliari (2009) o

aprendizado não estão no aluno, mas sim na forma como os professores estão ensinando esses alunos, citando o exemplo da disciplina de Língua Portuguesa em que muitos professores sempre ensinam as mesmas coisas do mesmo jeito; exemplo: como se escreve as palavras “exceção”, “extenso” e “estender”: qual o coletivo de lodo? Assim como exercícios com resposta tão óbvia que o aluno até erra por achar que a resposta correta não estaria tão fácil.

O autor continua apontando algumas questões sobre a aprendizagem, para ele muitos problemas relacionados ao aprendizado dos alunos ao longo dos anos que se estende até ao ensino superior e a pós-graduação está relacionado a leitura, a falta de compreensão do aluno diante de determinada tarefa; citando os exemplos da aula de matemática que o aluno sabe somar e dividir entre outras operações, mas ele não compreender o enunciado da questão. O que ocorre é que o professor de Matemática considera ser de responsabilidade do professor de Língua Portuguesa a tarefa de interpretação de texto, não tomando para ambos a responsabilidade de ensinar o aluno a compreender.

Refletindo novamente sobre os índices em que o Brasil se apresenta em relação a leitura, Rangel (2010) faz uma reflexão com base em Rojo (2010) dos índices da leitura dos estudantes, são poucos que conseguem atingir o nível adequado, sendo apenas 5,3% dos estudantes com habilidades de leitura adequados aos onze anos de ensino, capazes de ler variados tipos de textos, muitos dos alunos concluintes do ensino médio, foram considerados capazes de ler com fluidez, mas não de forma que corresponde a série que frequenta; dos 52,5% dos estudantes brasileiros que foram avaliados em 2001, 42% passaram onze anos da educação básica não podendo ao menos serem considerados bons leitores, estando em níveis críticos ou muito críticos.

Percebe-se com isso de acordo com Rangel (2010) que a escola não vem garantindo a formação básica que os seus alunos necessitam, não exercendo assim sua função adequadamente, ou seja, promovendo a cidadania.

Torna-se imprescindível que a escola reconheça a importância de realizar a leitura com seus alunos; para Cagliari (2009) feita de forma individual a leitura se torna uma prática de absorção do conhecimento, interiorização e reflexão. Dessa forma, a escola que não desenvolve uma prática de leitura com seus alunos não dá a

oportunidade de leitura pode cair no fracasso. O autor ainda ressalta que há diferenças na leitura da criança e do adulto, como também não existe ler bem ou mal, nenhuma criança vai ler como a professora e a condição social dela também vai interferir na sua interpretação.

Segundo Cunha (2005), às vezes cometemos erros ao dizer que um aluno lê bem, mas que não compreende nada, sendo que a melhor forma de nos referirmos a esse fato é dizermos que o aluno fala bem, mas não compreende o que ler. Entendendo dessa forma que a leitura esta ligada ao sentido da compreensão.

Compreende-se que toda a pessoa tem uma forma de ler e a mais praticada na escola é a visual e silenciosa em que os alunos são incentivados pelos docentes a fazer a leitura de forma silenciosa, claro que para quem já sabe ler isso se tonar uma simples tarefa, mas para aqueles alunos que ainda não sabem ler e tem dificuldade para decifra algumas palavras essa tarefa não é fácil, cada docente precisa entender que há crianças que levará mais tempo do que outras para aprender ler e a escrever as palavras. (Cagliari, 2009, p.138).

3- A LEITURA NO CONTEXTO ESCOLAR

Vimos até agora todo o percurso que o livro fez até a chegada em nossas casas e/ou escolas para que deles pudéssemos usufruir. Assim como é importante a realização da leitura no nosso cotidiano e a contribuição na construção do aprendizado, analisaremos agora do ponto de vista de alguns autores de como a escola compreender a leitura e como ela vem acontecendo nesses espaços.

Segundo Saraiva (2001), a escola toma para ela a responsabilidade de promover o processo de alfabetização nos alunos e de aperfeiçoar pouco a pouco a sua leitura, assegurando que o aluno terá domínio dessa atividade para se tornar um leitor ativo; é preciso o reconhecimento da leitura como uma atividade imprescindível. Espera-se da escola, além de alfabetizar seus alunos e proporciona-los o controle de um código, e por meio desse contato com a tradição literária, que haja formação do leitor.

Para a autora, quando a situação da leitura é analisada verifica-se a ineficiência da escola, uma vez que os alunos não se empenham por esta atividade, mostrando um distanciamento entre a ação pedagógica e o comportamento almejado de seus alunos.

De acordo com Saraiva (2001), a leitura é uma prática básica em qualquer área do conhecimento, sendo atribuída há conquista nas áreas acadêmicas, social e econômica, visto que promove a promoção dos indivíduos.

Outro fato destacado por Saraiva (2001), referente a leitura é que essa prática de leitura e de relatos de experiências de vida não se faz mais presente nos encontros de família; encontros esses em que havia um encantamento provenientes das fábulas, lendas, narrativas, histórias de vidas, jogos poéticos, acabaram perdendo lugar para os programas de televisão e jogos eletrônicos, tornando os diálogos dos indivíduos empobrecidos.

Conforme as autoras Saraiva, e Varela (2001), mencionam sobre a “importância da leitura no processo de alfabetização” que a escrita “amedronta e intimida, desafia e provoca, aprisiona e liberta”(Saraiva; Varela, 2001, p.81) como também separa as pessoas que tem acesso ao conhecimento das que não tem, assim as palavras interferi na inclusão e na exclusão das pessoas como nas posições de hierarquias e no mundo dos de adultos das crianças.

Ainda conforme as autoras, a prática da leitura quando a criança já tem o domínio, torna-se uma experiência significativa nas suas vidas, isso irá determinar como a criança verá a escola e a aprendizagem em geral. Como consequência desse processo, o aluno precisa perceber que os seus esforços gasto para reconhecer as letras e as palavras, tem que está acompanhado com textos que sejam estimulantes.

De acordo com Colomer e Camps (2002), Quando nos referimos a leitura, nem sempre o que parece ser simples realmente é, uma vez que o professor com uma variedade de atividades de leitura pode fazer com o que era para ser compreensível se torne incompreensível. A leitura de um texto precisa ser uma leitura corrente de cima para baixo e não uma soletração de palavras como se possuísse significados isolados.

Segundo Colomer; Camps (2002), ler é organizar as informações que o texto está transmitindo com o intuito de atendê-lo. Quando uma pessoa realiza uma leitura, ela utiliza duas fontes de informação da leitura, a visual a partir do que o texto está informando e a não visual, que são os conhecimentos que as pessoas já trazem consigo. Ao ingressarem nas escolas, os alunos são apresentados a uma aprendizagem nova, a da língua escrita que é de responsabilidade da escola ensinar aos alunos de pouco a pouco, essa aprendizagem se inicia pelas correspondências entre os fonemas da língua e os signos gráficos, desde as unidades mais simples até as mais complexas.

Conforme Silva (1998), a escola é um espaço em que o conhecimento vai sendo construído e reformulado a partir do que a criança já sabe. Desse modo é fundamental para que alunos e professores caminhem em direção ao saber de conhecer e entender o porquê das coisas. Mas a visão que muitas pessoas têm do ambiente escolar, de um espaço estruturado para que a criança possa aprender a ler e a escrever torna-se equivocada quando os professores não contam com recursos, ou seja, para que o aluno tenha acesso a uma prática de leitura de qualidade o professor necessita de recurso para isso.

Ainda, de acordo com esse autor, a leitura conduzida de forma equivocada pelo professor pode gerar controvérsias sobre a leitura para o aluno, uma vez que quando o professor trabalha com a leitura usando na forma de imposição, esta acontece de forma mecânica com ideias já formuladas e, com o professor reforçando essas ideias, faz com que a memorização tome o lugar do conhecimento.

Outra prática prejudicial para formar leitores de acordo com Silva (1998), é o trabalho com textos que não fazem sentido para o aluno ele, lê e não conseguiu assimilar a sua realidade, e isso se reflete muitas vezes nos trabalhos para nota acabam tonando cópias fieis de autores, com poucas palavras dos alunos na qual a voz que entoa no trabalho é a voz dos livros e não do aluno.

Ainda, segundo Silva (1998), o que também ocorre no processo de formação de leitores é achar o culpado por não conseguir formar alunos leitor. Muitos professores acham que a culpa é dos métodos de alfabetização, pois se seus alunos não leem eles foram mal alfabetizados, mas independente do método usado pelo professor se for alfabético, silábico, fonético, global entre outros, o problema não está nos

métodos e sim, na forma como o professor está utilizando esses métodos, o que exige dele preparo e competência.

O professor pode trabalhar a leitura de várias formas alternando de acordo com a sua metodologia em sala de aula. Existem três tipos de leitura: a ouvida, a vista e a falada. Na leitura feita de forma oral percebe-se que muitas pessoas têm vergonha de ler para outras pessoas devido ao seu dialeto, mesmo quando já conseguem decodificar um texto. Em certas ocasiões o falar de acordo com a sua comunidade e não na forma padrão da Língua Portuguesa cria esse empecilho para as pessoas se expressarem. A leitura ouvida é apresentada às crianças logo que se iniciam na escola através dos professores que leem para seus alunos; outra coisa que muitos não sabem é que várias coisas que ouvimos no rádio e na televisão é leitura, pois está baseado num texto escrito. “por leitura se entende toda manifestação linguística que uma pessoa realiza para recuperar um pensamento formulado por outra e colocado em forma de escrita.” (CAGLIARI, 2009, 136,137).

3.1 - O Professor como Incentivador da Leitura

No decorrer deste artigo é possível perceber como as ações do docente são fundamentais, para se alcançar bons resultados, contudo, da mesma forma que a leitura precisa ser praticada pelos alunos para se formar bons hábitos e contribuir para a sua aprendizagem, o professor como mediador deve estar inserido nessa prática, uma vez que seus estímulos e métodos são de suma importância na formação do leitor. Segundo Fonseca (2010), muitos tem sido os estudos relacionados a formação do leitor, e essa formação também é uma preocupação dos docentes, uma vez que a leitura e a escola estão profundamente relacionados, esse vínculo não necessita ser negativo ou prejudicial, visando vários fatores, um deles é que a maioria dos educandos no Brasil só se aproximam dos livros, da literatura por meio da escola, além do que é na escola que se espera que tenham profissionais preparados para comanda esse processo. De acordo com Fonseca (2010) assevera com base em Soares (2003) que a questão está na forma como está acontecendo a escolarização de leitura literária, de forma inadequada e incorreta.

Se não faltam estudos sobre a formação de leitores diz Fonseca (2010) poucos são os estudos sobre quem forma esse leitor. Nas ideias de Leal (2005) a autora postula que:

Pensar a relação leitura escola, requer recolocar a questão inicialmente posta: se, por um lado, as políticas de leitura são necessárias, por outro é preciso reconsiderar nesse processo o papel do professor, enquanto aquele que ensina a ler. Não é desconhecido por ninguém que o formador de leitor, dadas as diferentes circunstâncias, dentre elas as históricas, sociais, econômicas e culturais, se encontra fragilizado em seu conhecimento sobre o próprio objeto de ensino. E mais: muitas vezes domina muito pouco, ele próprio as competências de leitura que pretende ensinar. Sabemos, esperançosamente, que hoje, mais do que nunca, é possível lançar mão de contribuições de diferentes teorias e de resultados de estudos e investigações em diferentes áreas para se repensar o ensino da leitura. Então, a pergunta se desloca: é possível ensinar a ler, sem se dar conta do que é a leitura, sem se dar conta do que é ensinar a ler? (FONSECA apud LEAL, 2003, p. 263-264).

Fonseca (2010) faz menção sobre uma parcela de estudantes de letras que não são leitores de literatura, fato que para ela é preocupante. Mas se o aluno fez sua opção pelas letras isso nos leva a pensar que ele tem um apreço por essa área, logo, se ele não é leitor, poderá torna-se um, segundo a autora um dos motivos possa ser a falta de acesso à literatura ou obras que aguçam o prazer pela leitura. O acesso por mais que tardio, conquista e forma leitores.

3.2 - A Alfabetização e Letramento

Ao falarmos da leitura e das suas contribuições na sociedade e a forma como ela se dar no contexto escolar, não podemos deixar de mencionar as práticas de alfabetização e letramento, visto que são ações desenvolvidas na escola principalmente no anos iniciais do ensino fundamental I, que estarão dando resultados positivos ou negativos na vida do aluno; nesse tópico faremos a menção das autoras Rojo (2010) Soares (2004) entre outras.

De acordo com Rojo (2010) os problemas enfrentados pelo Brasil a respeito da Educação é o letramento dos alunos e não a sua alfabetização. Segundo a autora, nenhum método de alfabetização vai dar jeito para os baixos índices de leitura entre os alunos, a não ser que a escola realize eventos de letramento que causem a “inserção” dos alunos “em práticas de letradas contemporâneas e, com isso, desenvolvam as competências (capacidades de leitura e escrita requerida na atualidade).” (ROJO, 2010, p.22).

Boone (2016, no prelo) discute com base em Soares (2004) o termo letramento⁵ surgiu pela necessidade da ampliação do conceito da palavra alfabetização, a partir dessa nova nomenclatura ficaria clara a expansão da concepção de alfabetização, abrangeria desde então “a leitura como prática social.” (BONNE, 2016, no prelo p.03). Na visão de Soares (2004) o conceito de alfabetização e letramento torna desnecessário, visto que o conceito ressignificado seria suficiente, há a necessidade de um novo olhar no plano pedagógico, “mas que são processos que não andam dissociados”. (BONNE, 2016, no prelo p.03).

A alfabetização e o letramento são ações que andam juntas, mas possui significados diferentes; a educando ao ingressar no ensino fundamental, precisa se introduzido à prática da leitura, para que dessa maneira ele aprenda ler e escrever fazendo uso de diversos texto.

Ao distinguirmos o termo alfabetização de letramento compreendemos que a alfabetização consiste no ato de ensinar o individuo a ler e escrever e o letramento termo esse que passou a ser utilizado a partir de 1986, consiste em ser o fruto da prática de ensinar a ler e a escrever ou podemos dizer “o estado ou condição que adquire um grupo social ou um individuo como consequência de ter se apropriado da escrita”. (SOARES, 2004, p.17,18). Rojo (2010), na mesma senda afirma que:

Alfabetizar-se pode ser definido como a ação de se apropriar do alfabeto, da ortografia da língua que se fala. Isso quer dizer dominar um sistema bastante complexo de representações e de regras de correspondência entre letras (grafemas) e sons da fala (fonemas) numa dada língua; em nosso caso, o português do Brasil. (ROJO, 2010, p.23)

Segundo Soares (2004), a expressão alfabetismo ou letramento que antes não se fazia uso passa a ser usada e ser necessária porque passou a ser entendido que, além de saber ler e escrever é preciso fazer uso do ler e do escrever, para que as pessoas consiga responder aos requisitos da leitura e da escrita que a sociedade exerce constantemente.

De acordo com Soares (2004), quando uma pessoa não sabe ler ou escrever, mas convive em um ambiente cercado pela leitura, tendo pessoas alfabetizadas lendo para ele/ela um texto ou uma carta, essas pessoas são consideradas analfabetas, mas letradas, pois mesmo sem o conhecimento do domínio da leitura e da escrita

⁵ A palavra letramento é relativamente recente, apareceu pela primeira vez no livro No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística de Mary Kato (1986) (BONNE, 2016, no prelo, p, 03).

que está nas práticas sociais da pessoa podemos dizer que já adentrou ao mundo do letramento.

Segundo a autora, lendo um poema podemos compreender que o letramento é mais que alfabetização é a capacidade de interagir com variados portadores de leitura e escrita e com diferentes gêneros e com os distintos usos que elas realizam em nossas vidas, resumindo “letramento é o estado ou condição de quem se envolve nas numerosas e variadas práticas de leitura e escrita”. (SOARES, 2004, p.44).

Ao longo dos séculos, o analfabetismo vinha sendo um problema desde o Brasil colonial, entretanto, com o passar dos tempos às pessoas começaram a ser alfabetizadas, ou seja, aprendia a ler e escrever, mas não procuravam se envolver em práticas sociais, mas o que seria essas práticas sociais de escrita? As pessoas não procuravam ler livros, jornais, revistas ou mesmo elaborarem um ofício, um requerimento, uma declaração entre outros documentos e até as atividades mais simples como escrever cartas e telegramas. O letramento só passou a ter visibilidade a partir do momento que o analfabetismo tornou-se um problema pequeno a ser solucionado. (SOARES, 2004, p.46).

Para Soares (2004), bom seria se os indivíduos fossem alfabetizados letrando, visto que a melhor forma de ensinar a criança a ler e escrever é dentro do contexto da leitura e da escrita.

Assim, trabalhar com os letramentos na escola, *letrar*, consiste em criar eventos (atividades de leitura e escrita – leitura e produção de textos, de mapas, por exemplo – ou que envolvam o trato prévio com textos escritos, como é o caso de telejornais, seminários e apresentações teatrais) que possam integrar os alunos a práticas de leitura e escrita socialmente relevantes que estes ainda não dominam. (ROJO, 2010 p.27).

Na sala de aula o professor tem a liberdade de trabalhar com uma variedade de textos e gêneros textuais. Mendonça (2007) afirma que as sequencias textuais são geralmente separada em 6 grupos: narrativos, descritivo, expositiva, dissertativa, argumentativa e injuntiva. Na narrativa os gêneros que prevalecem são as notícias, fabulas, relatos orais, atas, piadas, biografias, etc.; na descritiva os gêneros que prevalecem são os verbetes, laudos técnicos, laudos médicos, etc.; na argumentativa domina os gêneros carta leitor, resenha crítica, debates, texto de contracapa de livro, etc.; injuntiva prevalecem os gêneros regras de jogos, receitas, estatutos, regulamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A partir do momento que aprendemos a ler, passamos a fazer a nossa própria interpretação do mundo, não somos mais reféns do outro para buscar conhecimento, informações, somos capazes de recorrer aos meios de comunicação para alcançar os nossos objetivos.

Como vimos em nossa introdução contemplar pessoas lendo não era algo frequente entre o séc. XIII e XIX, a leitura nesse tempo era praticada pelos clérigos, intelectuais e funcionários da administração, ou seja, pessoas comuns não tinham acesso a esse direito, mas também vimos que apesar desse cenário ter mudado a leitura não se tornou entre as pessoas, um hábito.

Refletir sobre o que está acontecendo para que essa prática desenvolvida nos anos iniciais não permaneça com o passar do tempo na vida das pessoas, é analisar vários aspectos. Como chegamos ao ensino médio e ao ensino superior sem formar esse hábito, frequentemente encontramos dificuldade de compreender os diferentes textos que cercam o nosso dia a dia.

Analisando diferentes autores percebemos que o problema está na falta de absorção da importância dessa prática, da mesma forma a falta de didática do professor e de recursos.

O mais impressionante é que como professor somos responsáveis de ser o mediador dessa prática, sem ao menos sermos participantes dela, é importante revisar a prática docentes no que concerne a leitura. Mas como Fonseca (2010) diz o acesso por mais tardio conquista e forma leitores, ou seja, mesmos formadores de leitores sem sermos leitores não significa que não podemos nos tornar um leitor.

REFERÊNCIAS

BOONE, Maruza Brasil. Aproximações entre o letramento crítico e a análise crítica do discurso no grupo escolar prisional. 2016, no prelo.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & linguística**. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2009.

COLOMER, T; CAMPS, A. **Ensinar a Ler, Ensinar a Compreender**. 1. ed. Porto Alegre: Armed, 2002

CUNHA, Edanne Madza de Almeida. **Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Alfabetização**. 20. ed. Curitiba: Ibpex, 2005.

El Far, Alessandra. **O Livro e a Leitura no Brasil**. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

Fonseca, Cláudia Lorena. Sobre amantes - ou da formação de formadores de leitores. Nonada Letras em Revista. Porto Alegre, ano 13, n. 15, p. 77-87, 2010. Disponível em<: <http://seer.uniritter.edu.br/index.php/nonada/article/view/268/181> .> Acesso em 24 maio 2017.

FERREIRA, Juca. Ministro da Cultura diz que baixo índice de leitura no Brasil 'é uma vergonha'. O GLOBO, Brasília, 30 jun. 2015. Disponível em:< <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/ministro-da-cultura-diz-que-baixo-indice-de-leitura-no-brasil-uma-vergonha-16606376>.> Acesso em: 22 maio 2017.

Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, v.2,1997. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf> >. Acesso em: 30 mar. 2017.

RANGEL, Egon de Oliveira; ROJO, Roxane Helena Rodrigues. Língua Portuguesa: ensino fundamental / Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino ; v. 19) disponível em: http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/36623324/2011_lingua_portuguesa_capa_1_.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1495724793&Signature=aRVYP7q3mV6Upw9C4PoQbypnzzQ%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DLingua+Portuguesa+--+Colecao+Explorando.pdf#page=85 . Acesso em: 25 maio 2017.

SANTOS, C.F; MENDONÇA. M. **Alfabetização e Letramento: conceitos e relações**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Elementos de Pedagogia Da Leitura**. 3. Ed. São Paulo: Martins fontes,1998.

SOARES, Magda. **Letramento: Um Tema em Três Gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: autentica, 2004.

TAXA de analfabetismo cai pelo quarto ano no Brasil, mas sobe na Região Norte. Em 2015, 8% dos brasileiros com 15 anos ou mais não sabiam ler ou escrever no país, segundo dados da Pnad divulgados nesta sexta-feira (25). G1, 25 nov. 2016. Disponível em:< <http://g1.globo.com/educacao/noticia/taxa-de-analfabetismo-cai-pelo-quarto-ano-no-brasil-mas-sobe-na-regiao-norte.ghtml> >. Acesso em 14 jun. 2017.